DISTORÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS DA USP

JOSÉ ELI DA VEIGA

Com o início do ano letivo, um grande número de mauricinhos e patricinhas irão se deslocar diariamente dos mais nobres bairros da cidade para a Cidade Universitária, em possantes automóveis de luxo, muitas vezes importados. Para assistirem às aulas não pagarão sequer pelo estacionamento de seus bólides em bolsões especiamente organizados para protegê-los. Depois, poderão relaxar no centro esportivo, mais conhecido por "cepê", onde se cobra tão somente uma irrisória taxa pelo exame médico de quem pretenda frequentar o recinto das piscinas.

Um pouco mais tarde, um bom número de seus colegas estará saindo de escritórios, bancos, consultórios, redações, ou lojas, onde trabalham boa parte do dia, para chegar à Cidade Universitária usando algum dos periclitantes transportes coletivos disponíveis em Sáo Paulo. Estes verdadeiros heróis, que conseguiram entrar na USP apesar de serem pobres, talvez nem cheguem ao final de semana com ânimo suficiente para voltar ao campus, praticar algum esporte, dar um mergulho, e azarar nos barzinhos das redondezas.

Éntre esses dois extremos, existem, é claro, inúmeras situações intermediárias. A maioria dos estudantes da USP certamente pertence a famílias de classe média, sendo bem provável que boa parte trabalhe por opção; isto é, para não depender tanto da família, poder viajar, ou logo comprar um carrinho.

Entretanto, tanto para a visão iluminista da universidade (1), quanto para nosso futuro desenvolvimento social, o que mais interessa é que nossos heróis, os alunos mais pobres, possam largar seus empregos e se dedicar exclusivamente aos estudos. O que seria perfeitamente possível se lhes fosse concedido um auxílio financeiro pelos menos equivalente aos baixos salários que conseguem nessa idade, antes de obter um diploma. E os recursos necessários poderiam ser obtidos junto aos alunos do primeiro grupo citado, o dos mais ricos. Bastaria que mauricinhos e patricinhas contribuissem com quantias semelhantes às que pagaram para cursar um Colegial razoável: no mínimo 2000 dólares por ano. Assim, cada trinca de alunos de alta renda garantiria uma excelente bolsa a um aluno de baixa renda: 500 dólares mensais.

Se tal proposta fosse aceita, o ensino seria pago para os ricos, continuaria gratuito para a maioria pertencente às camadas médias, e se tornaria mais do que gratuito para os muito pobres: estes seriam pagos para estudar. Mas, infelizmente, esta idéia nem seria posta em discussão, pois grande parte da comunidade universitária é prisioneira do tabu do ensino gratuito universal. Caso chegasse a ser debatida, não faltariam múmias xiítas para bradar que isto não passa de mais uma manobra tática dos malvados que há muito conspiram pelo ensino pago para todos...

Então, já que somos vítimas dessa irracionalidade pseudo-socializante, por que não fazer pelo menos uma distinção entre ensino e outros serviços oferecidos pela universidade? Que tal se os usuários de automóveis começassem a pagar pelo estacionamento, o preço que pagam em parkings do centro da cidade ou dos jardins? A arrecadação poderia ir para um fundo destinado à recuperação ambiental da Cidade Universitária, que começaria pela reconversão de seu sistema viário de modo a reduzir o tráfego, que já chega a níveis alarmantes. Os engarrafamentos são comuns nos horários de pico e aos domingos na hora do almoço. Os atropelamentos já se tornam frequentes. E os atuais níveis de poluição sonora e atmosférica são absolutamente incompatíveis com um local vocacionado ao estudo.

O ideal seria que os bolsões de estacionamento fossem localizados nas entradas da Cidade Universitária e que os deslocamentos internos fossem realizados por outros meios. Qualquer campus planejado com alguma preocupação ambiental náo só desestimula o uso de automóveis em seu interior, como pune com pesadas multas quem transgride as rígidas leis internas de trânsito. Em nosso caso ocorre exatamente o inverso. Por algum motivo muito misterioso nunca se aplica multa no interior da Cidade Universitária. Tudo foi pensado para favorecer a completa liberdade do automobilista. A tal ponto que pedestres e ciclistas são tratados com um monumental desprezo.

Um bom exemplo é o que acontece com os funcionários que ganham pouco. Muitos chegam ao campus saltando do trem que para junto à marginal Pinheiros. Rezando para que não chova, cruzam o rio por uma ponte que vive tão abarrotada de caminhões que a calçada já foi reduzida a alguns hesitantes centímetros. Nesse percurso são obrigados a atravessar duas alças da marginal, contrariando uma das mais elementares regras de segurança. Quando finalmente conseguem entrar na Cidade Universitária, precisam enfrentar um péssimo ònibus circular que, nesse horário, passa literalmente abarrotado. E ao final da tarde a mesma epopéia se repete no sentido inverso.

A construção de uma passarela que ligue diretamente a estação ferroviária ao portão foi sugerida diversas vezes às administrações anteriores, mas as respostas só confirmaram a burocrática desconsideração pela situação desses pedestres.

Outro exemplo é a completa falta de segurança nos locais onde as bicicletas costumam ser estacionadas, como as entradas dos restaurantes, do centro esportivo, ou do bosque. Contrariamente ao que acontece com os bolsões de estacionamento para automóveis, nesses

locais inexiste qualquer tipo de prevenção contra furtos. Tanto que os professores, alunos e funcionários que preferem esse meio de transporte para deslocamentos internos, se vêm impedidos de frequentar esses locais, ou trocam suas bicicletas pelas mais velhas que puderem encontrar. São as duas únicas maneiras de escapar dos ladrões.

É espantoso que a melhor universidade do país simplesmente feche os olhos para tantas distorções. Muitos de seus professores e pesquisadores vivem pregando a melhor distribuição de renda e a preservação ambiental em seríssimas publicações científicas e grandiosos congressos internacionais. Mas parecem não enxergar o seu próprio quintal. Se o fizessem, perceberiam que, sob o prisma sócio-ambiental, a situação da Cidade Universitária é simplesmente vergonhosa.

---

(1) cf. ROUANET, Sérgio Paulo (1993) "Micromégas nos jardins de Academos", in: ***Mal-Estar na Modernidade***, , S.Paulo: Companhia Das Letras, pp: 200-213

JOSÉ ELI DA VEIGA, 45, professor do departamento de economia da FEA, é orientador do programa de pós-graduação em ciência ambiental (PROCAM), da Universidade de São Paulo.